

## **AS NOVAS FORMAS ESPACIAIS DA TERCEIRA REVOLUÇÃO URBANA: A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO EM CONTEXTO**

Janaína Conceição da Silva  
Universidade Estadual Paulista  
Janaina.conceicao@unesp.br

### **RESUMO:**

O capitalismo está em constate reestruturação, fato que implica na necessidade de diferentes ajustes espaciais. As novas formas urbanas refletem um momento histórico específico, da globalização neoliberal, de reescalonamento do capital, em que a concentração metropolitana dá lugar à dispersão. O Rio de Janeiro, evidentemente, não está alheio a essa dinâmica. O objetivo desse artigo é levantar pontos para reflexão acerca da “Nova Geografia Urbana”, termo de Soja (2011), ou ainda da Terceira Revolução Urbana, termo de Ascher (1995), com especial atenção aos processos constitutivos das novas formas em um recorte específico, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Pós-metrópole, novas formas urbanas, RMRJ.

GT – “9”: “Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea”

### **INTRODUÇÃO**

As transformações pelo qual o modo de produção capitalista passou em sua longa trajetória alteraram drasticamente suas estratégias de produção e reprodução. Considerando um recorte mais recente, profundas transformações decorreram desde a última “grande” reestruturação (década de 1970). Muitos autores se debruçaram a entendê-las (HARVEY, 1989; SOJA, 1989; ARRIGHI, 1996; BENKO, 1996; AGLIETTA, 1998; CHESNAIS, 2005; VELTZ, 2008; MÉNDEZ, 2018). Embora as interpretações possuam especificidades, há certo consenso de que o ponto de partida foi a erosão da estabilidade do período conhecido como “anos gloriosos” ou “fase áurea”. Um novo período foi inaugurado, muitas vezes sob o signo dos “pós”: pós-fordista, pós-industrial, pós-moderno, pós-metropolitano, etc.

Dentro de um conjunto de mudanças em várias esferas, das quais se incluem, para citar alguns exemplos, a instituição da doutrina neoliberal, desindustrializações e re-industrializações, ascensão do capital portador de juros, aberturas de mercado,

desregulações, formação de blocos econômicos, etc., esse trabalho se propõe a discutir as transformações pelas quais a morfologia urbana (e por consequência, as funções) vem passando com a globalização neoliberal. Reestruturações econômicas são, por essência, também reestruturações espaciais, uma vez que os eventos não pairam no ar. Resultado disso é que o espaço é constantemente configurado.

Como efeito, nessa nova etapa do capitalismo, o espaço urbano, historicamente essencial para a reprodução e acumulação do capital, adquire novos contornos, feições, configurações. Seus limites já não são plenamente identificáveis, e por vezes, são escorregadios. Como será exposto adiante, há autores que consideram que essas mudanças engendraram uma Terceira Revolução Urbana. Claro está, como observou Brenner (2018), que “faz-se necessário um novo léxico de diferenciação socioespacial”.

É dessa forma que o nosso ponto de partida são as novas formas urbanas decorrentes das necessidades do capital após a década de 1970. As novas formas urbanas, expressão que será clarificada, são representativas de outro momento da urbanização, o da *dispersão* (fragmentação/difusão) da metrópole, essa que antes apresentava como característica dominante a *concentração*. Vários neologismos são criados na tentativa nomear as novas configurações/arranjos produto da fragmentação da metrópole, como veremos. Mas, mais importante do que nomear, importa-nos compreender quais são os processos desencadeadores dessas novas formas espaciais urbanas no século XXI.

O objetivo desse artigo é levantar pontos para reflexão acerca da “Nova Geografia Urbana”, termo de Soja (2011), ou da Terceira Revolução Urbana, termo de Ascher (1995), com especial atenção aos processos constitutivos das novas formas presentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Grosso modo, visa, primeiro, mostrar que há uma mudança na direção da urbanização (portanto, que a geografia urbana está se renovando face às manifestações empíricas); segundo, responder o *por quê* a urbanização tem assumido tal direção; e terceiro, como isso tem se manifestado no Rio de Janeiro.

Salientamos que não será realizada uma discussão teórica aprofundada sobre cada um dos conceitos que traduzem essas formas (megalópole, metápole, cidades globais, megarregiões etc.). Além de não haver espaço nessa proposta, para tal sugerimos as leituras na íntegra dos escritos seminais de Gottmann (1961); Ascher (1995); Sassen (1991); Scott, Agnew, Soja e

Storper (2001) e de Harrison e Hoyler (2011). Para esse trabalho, extraímos os traços que julgamos fundamentais para a interpretação pretendida.

Também, não contempla os efeitos do novo modelo, tais como o aumento da pobreza, os desafios para governança, questões relacionadas à migração, entre outros. Esse ensaio, reiteramos, busca realizar uma reflexão sobre os processos desencadeadores dessas formas.

A primeira sessão apresenta o “pano de fundo” ou ponto de partida desses debates. A segunda discorre sobre quais são efetivamente essas formas (destacando a essência nominal e constitutiva).<sup>1</sup> Posteriormente, a atenção se volta para a reestruturação urbana ocorrida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, partindo do concreto para o abstrato. Afinal, qual(is) denominação(ões) melhor traduz(em) a(s) nova(s) formas(ões) desse recorte?

## I A NOVA GEOGRAFIA URBANA

No ano de 2013 foi traduzido para o português o seminal artigo do geógrafo Edward Soja intitulado *Para além de postmetropolis*, publicado originalmente no ano de 2011. Consoante ao declínio relativo “do que pode ser descrito como um modelo distintamente metropolitano de crescimento e de mudança urbanos”, destacou o autor, estava a identificação de um “processo de *urbanização regional policêntrica*” (SOJA, 2013, p. 150, grifos nossos), um modelo regional de urbanização em que a *urbanização metropolitana* tradicional, por muitos consideradas a única existente, estava se transformando/sendo suplantado por uma *urbanização regional*.<sup>2</sup> Em suas palavras, estava convencido de “uma mudança paradigmática na verdadeira natureza do processo de urbanização” (Ibid., p. 151). Nessa perspectiva, após uma década, Soja disse estar “muito mais confiante” (Ibid., p. 144) da transição do modelo de

---

<sup>1</sup> Os termos essência nominal e essência constitutiva são utilizados para a denominação das formas urbanas e para os processos que as engendram, respectivamente.

<sup>2</sup> Evidentemente, isso não representa a totalidade da sociedade: “Possivelmente há concentricidades residuais e irradiações nas cidades-região reconstituídas pelo mundo e certamente persistem grandes faixas de subúrbios tradicionais. A metrópole moderna, no entanto, ficou cada vez mais ‘sem limites’, e muitas de suas antigas estruturas espaciais e delimitações sociais e culturais tiveram sua força reduzida”. (SOJA, 2013, p. 156).

urbanização para a urbanização regional, representativa de outro contexto, distinto da urbanização industrial outrora centralizada, concentrada e densa.

Seu ponto de partida foi a constatação da “crescente convergência de densidades entre as áreas urbana e suburbana” (Ibid., p. 153), a observação de que os centros urbanos se achatavam enquanto os subúrbios se adensavam à medida que os espaços vazios eram ocupados. “Numa reviravolta quase oximorônica”, escreveu, “o subúrbio está sendo crescentemente urbanizado enquanto a metrópole monocêntrica moderna se metamorfoseia em uma cidade regional policêntrica” (Ibid., p. 154). Soja chegou mesmo a pronunciar que a era da urbanização metropolitana poderia ter chegado ao fim.<sup>3</sup> Daí os conceitos de pós-metrópole, pós-subúrbio, exópolis e a manifestação empírica das cidades-regiões.

Essa metamorfose culminou em uma “nova geografia urbana” (Ibid., p. 154). Além desse aumento de densidade, da urbanização dos espaços vazios, de espaços rurais e da periferia urbana, é resultado não somente de uma nova configuração, como também das mudanças havidas no modo como essas formas tem sido ocupadas, em virtude da miscigenação e heterogeneidade raciais e de classe.

Questão relevante destacada nesse artigo está associada à multiescalaridade do fenômeno, dada a forma estendida que a urbanização regional apresenta. Ao mencionar as diferentes escalas envolvidas, do local ao global, Soja sublinha a “peculiar convergência escalar” (Ibid., p. 157) característica desse tempo e processo, resultado do amalgamento das escalas urbana, metropolitana e regional subnacional.

Outra grande contribuição vem de Brenner (2018). Na mesma perspectiva da urbanização estendida acima, o autor coloca que no início desse novo século, “o urbano parece ter se convertido na quintessência do significante difuso: sem nenhuma clarividência em parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico” (Ibid., p. 270). Brenner reafirma as colocações de Soja ao ressaltar a configuração de “morfologias novas e de maior envergadura” das novas geografias da urbanização, complementando-as com as políticas de

---

<sup>3</sup> “Embora ainda em seus estágios primários, o processo de urbanização regional avançou o suficiente em algumas áreas metropolitanas para que as suas características definidoras fossem reconhecidas e analisadas, e para que os estudiosos urbanos começassem a entender que *a era da metrópole moderna pode estar terminando*, criando uma crescente necessidade de novas estruturas para a compreensão e estudo das cidades e geografias urbanas” (SOJA, 2013, p. 151, grifos nossos).

canalização de investimentos em espaços seletivos.<sup>4</sup> Dentre as suas *Teses sobre a urbanização*, ressaltaremos a nona delas, a qual discorre sobre os dois momentos dialéticos da urbanização: a concentração e a extensão.

Como é largamente sabido, a aglomeração é uma das principais referências das cidades, por concentrar pessoas, infraestruturas, investimentos, atividades econômicas, fixos e fluxos de todas as ordens. Brenner (2018) sugere, contudo, que “as condições e trajetórias das aglomerações (cidades, cidades-regiões etc.) devem se conectar analiticamente com processos de maior escala” (Ibid., p. 292). Por nossa parte, esse apontamento nos conduz ao questionamento dos critérios tradicionais de definição de cidade e do seu papel na hierarquia urbana. Na proposição de Brenner (2018), desvenda o seu par dialético, a extensão.<sup>5</sup> Não há dúvida de que a revolução dos meios de comunicação e transferência com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aceleraram os fluxos materiais e imateriais, virtuais e reais entre diferentes escalas, reforçando o caráter extensivo do processo para além dos limites, divisas e fronteiras territoriais.

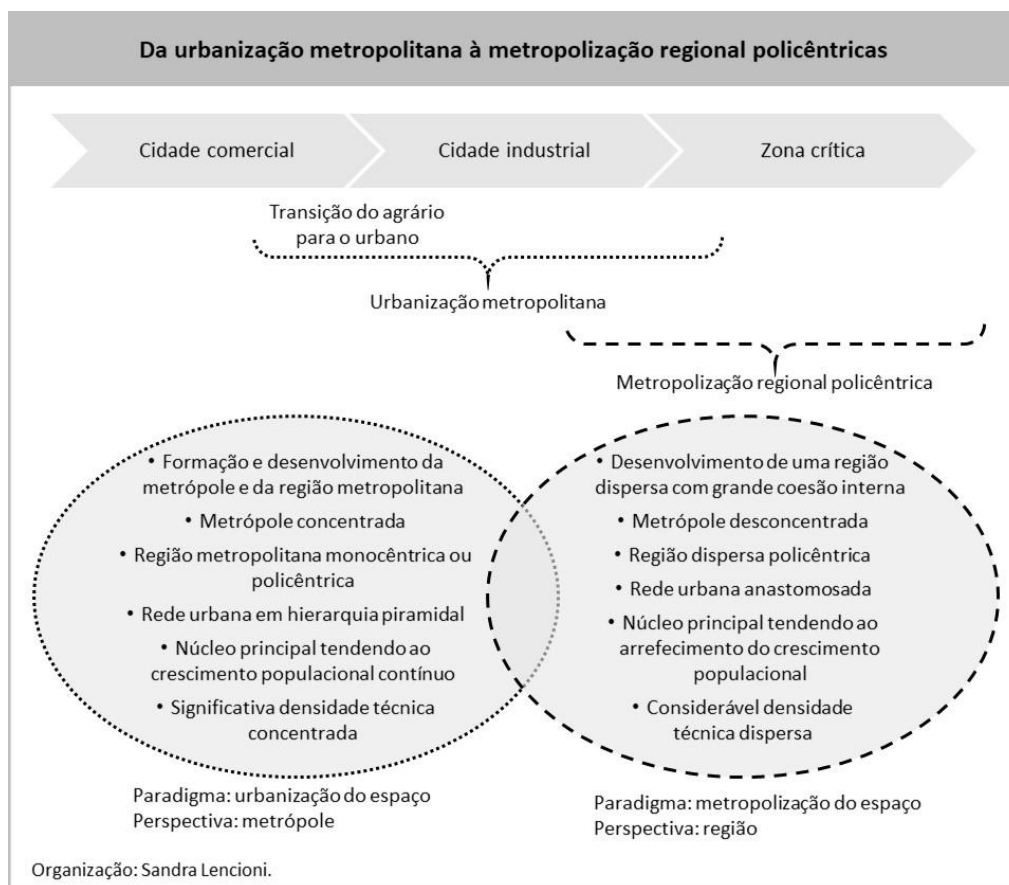
A figura a seguir (figura 1) é um quadro comparativo a ilustrar de forma suficientemente didática as características da “antiga” e da “nova” geografia urbana. Note-se, contudo, que Lencioni (2017) utiliza o conceito *metropolização regional*, e não urbanização regional.

### **Figura 1- Novas geografias urbanas**

---

<sup>4</sup> “Cada vez mais, a reorganização das condições urbanas aparece como um meio para modificar, em seu conjunto, as estruturas político-econômico e as formações espaciais gerais do capitalismo mundial correspondente à primeira fase do século XXI” (BRENNER, 2018, p. 267-268).

<sup>5</sup> “Independentemente de sua demarcação administrativa, morfologia socioespacial, densidade populacional, ou posição dentro do sistema capitalista global, tais espaços devem ser considerados como componentes integrados de um tecido urbano extensivo, de caráter mundial” (Ibid., p. 293).



Fonte: Lencioni (2017).

Observa-se também que, na mudança do paradigma da “urbanização do espaço”, a qual acreditamos ser inspirada na “urbanização completa” de Lefebvre (Id.), a perspectiva muda da metrópole para a região. Se no paradigma anterior a metrópole se apresentava monocêntrica ou policêntrica, no novo, o policentrismo é característica da região.

Cabe realizar três observações a respeito do exposto. A primeira é que, a despeito desses autores, por vezes, se referirem ao contexto central, a dispersão da metrópole para a região é facilmente observável em outros contextos geográficos, em países não desenvolvidos (ou emergentes, como preferem alguns). No Brasil, por exemplo, São Paulo é o caso mais notável, se bem que não único, de urbanização regional. Segunda, cidades-regiões também são constituídas em áreas não metropolitanas. A relação de Juiz de Fora, Minas Gerais, com o Rio de Janeiro, é um exemplo. Sobre a terceira, tanto Soja, quanto Brenner e outros autores a seguir legitimam a mudança de direção do movimento urbano e metropolitano, da concentração para

a dispersão da metrópole, agora exópole, a *ex-cidade*, a *cidade externa*. Consideram que as geografias da urbanização têm de ser analisada multiescalarmente, de forma a considerar as escalas sub (da cidade à região) e supranacionais (cidades-regiões globais.). Ratificam, *in summa*, a implosão-explosão da cidade pronunciada três décadas antes por Henri Lefebvre (1970[1999]). Assim, já há um importante corpo teórico sobre a temática.

Trata-se, resta acrescentar, de um processo, tal qual identificado por Lencioni em momento anterior (2015), de “fragmentação de uma unidade”, mas de uma fragmentação integrada porque “cada fragmento é parte de uma totalidade” (Ibid., p. 9). Portanto, a pós-metrópole, embora dispersa, continua coesa.

Interessante notar que, se de um lado, a totalidade é fragmentada na escala urbana, ela acaba por se recombinar-se na escala regional. Não seria esse processo o de desreterritorialização da forma e da função urbana?

## II NOVAS FORMAS URBANAS: ESSÊNCIA NOMINAL E CONSTITUTIVA

O processo descrito anteriormente recebe diferentes adjetivos: inflexão, ruptura, metamorfose, etc. Se para Soja (2013), como visto, trata-se de uma mudança paradigmática, em sentido não antagônico, para Toro (2016, p. 79, tradução nossa) baseado nos estudos de Ascher (1995), trata-se de uma “mudança estrutural nos processos de produção do território metropolitano”, de uma “autêntica revolução urbana”, a terceira revolução na verdade, pois a segunda já havia se sucedido com a revolução industrial (e a primeira foi a neolítica).

Na compreensão de Toro (2016), segundo Ascher, essa revolução urbana engendrou a *metápole*. O uso da metáfora metástase nos ajuda a entender que a metápole diz respeito às formas urbanas resultantes do processo de “espalhamento” de uma metrópole ou de cidades de milhares de habitantes. Como numa metástase, o espraiamento não necessariamente se dá sob um *continuum*.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> “Conceito que aspira tanto descrever uma morfologia como uma sociologia urbana. No referente à forma, Ascher postula que esta é profundamente heterogênea e não necessariamente constituída por contiguidade. Teoricamente contém uma ou varias metrópoles ou no mínimo uma cidade grande de centenas de milhares de habitantes com crescimento em ‘metástases’: como caroços ou agregações dispersas com sua própria centralidade relativa interagindo entre si” (TORO, 2016, p. 16, tradução nossa).

A partir da realização de uma extensa revisão bibliográfica, esse autor apresenta, além das formas representativas da cidade externa, vários neologismos referentes aos aspectos morfológicos da fragmentação urbana e da constituição de policentralidades; aos enclaves conectados pelas novas tecnologias de informação e comunicação — metápoles e telépoles, por exemplo —, e as formas representativas da área regional de influência da metrópole — megalópoles, metroplex, região metropolitana, cidades-região global e região urbana policêntrica. A discussão anterior foi necessária para que compreendamos o que queremos dizer com nova geografia urbana. Daremos acento a algumas dessas formas a seguir.

Iniciamos com cidade-região. Em primeiro lugar é importante destacar que esse debate é, sobretudo, escalar. Ao observar que a metrópole se dispersa, esses “pedaços” ou “fragmentos” se reterritorializam, agora, na escala da região. Isso significa que a dispersão possui limites (LENCIONI, 2015), e que ela é somente relativa (a rigor, a desconcentração somente muda de lugar, vide o caso do estado de São Paulo). A tradução desse fenômeno empírico foi sintetizado no conceito de cidade-região, teorizado por Scott, Agnew, Soja e Storper (2001).

Na direção do que estamos trabalhando até agora, a percepção é a mesma: “a cidade, no sentido estrito, constituiu uma unidade menos adequada ou viável da organização social local que as cidades-regiões ou redes regionais de cidades” (SCOTT *et. al.*, 2001, p. 11). A razão pelo qual isso acontece reside na busca pela coalizão para o enfrentamento dos desafios postos pela globalização. Nesse texto, é central a identificação do “ressurgimento de organizações políticas e econômicas fundamentalmente regionais” (Ibid., p. 13), bem como a atribuição a essa configuração de ser motor da economia global.<sup>7</sup>

A própria cidade-região constituiu-se em uma rede da economia global e como plataforma territorial de agentes capitalistas, segundo os formuladores do conceito. Toda a construção expositiva enfatiza como, mesmo em um mundo de redução de custos de transportes decrescentes, as grandes regiões urbanas permanecem, e permanecem muito importantes, como centros de aglomeração, de concentração das atividades produtivas, base das redes produtivas

---

<sup>7</sup> “[...] as cidades regiões globais parecem funcionar cada vez mais como motores regionais da economia global, isto é, como redes locais dinâmicas de relações econômicas inseridas em telas estendidas de escala mundial de competição e troca inter-regional”.



transnacionais flexíveis e de geração de conhecimento. Aliás, há um tom marshalliano muito forte na discussão, atualizada evidentemente.

Esse conceito, como os próprios autores esclarecem, é a extensão dos esforços pioneiros dos teóricos da ideia de cidade mundial e cidade global, fato que, associado ao contexto de fala, ao nosso ver acaba por misturar os conceitos cidade-região e cidade-região global, expressões que não se confundem nem teórica, nem empiricamente.<sup>8</sup> No Brasil, por exemplo, há cidades-regiões (cidades que se re-centralizaram na escala regional), mas não há cidades-regiões globais, no sentido proposto pelos autores, de serem “nós essenciais da economia global” ou “atores políticos específicos na cena mundial” ou ainda “motores da economia global”.<sup>9</sup>

É preciso estar atento ao uso adequado desses termos para diferentes contextos geográficos. Como o próprio termo sugere, *ciudades globais* são aquelas que estão ativamente conectadas aos circuitos globais de produção, comércio e serviços. Sassen (2007) escreveu que cidades globais “são lugares subnacionais em que diversos circuitos globais se cruzam e, a partir daí, posicionam essas cidades em diversas geografias transfronteiriças estruturadas”. Em sua obra *The Global City* (SASSEN, 1991), as cidades globais identificadas pela autora foram somente Nova York, Londres e Tóquio, locais de extrema concentração de *producer services*,<sup>10</sup> centros da finança, lugares essenciais para a inovação e cidades efetivamente orientadas para o mercado global. Após três décadas, e em virtude do crescimento chinês posterior a essa obra, certamente essa lista foi ampliada.

Outra nova forma urbana é a *megarregião*, essa que compreende dois ou mais sistemas urbanos interrelacionados, numa espécie de “corredor” interligando grandes regiões urbanas. Como definido por Harrison e Hoyler (2011, p. 17, tradução nossa), são “novas unidades urbano-econômicas que agregam dois ou mais sistemas urbanos únicos em um maior”. O que dá a unidade entre esses dois sistemas é fundamentalmente a coerência funcional, de forma que,

---

<sup>8</sup> Para a diferenciação entre cidade-região global e cidade global, ver o artigo *El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza*, de Sassen (2007).

<sup>9</sup> Sobre isso, ver Ferreira (2003) e Davidovith (2007).

<sup>10</sup> Segundo o Glossary of statistical terms da OCDE, *producer services* compreende serviços comerciais e profissionais, serviços financeiros, serviços de seguros e serviços imobiliários.

a exemplo de Liverpool e Manchester, a localização aproximada de dois sistemas urbanos por si só não significa que aí exista uma unidade econômica única (Id).

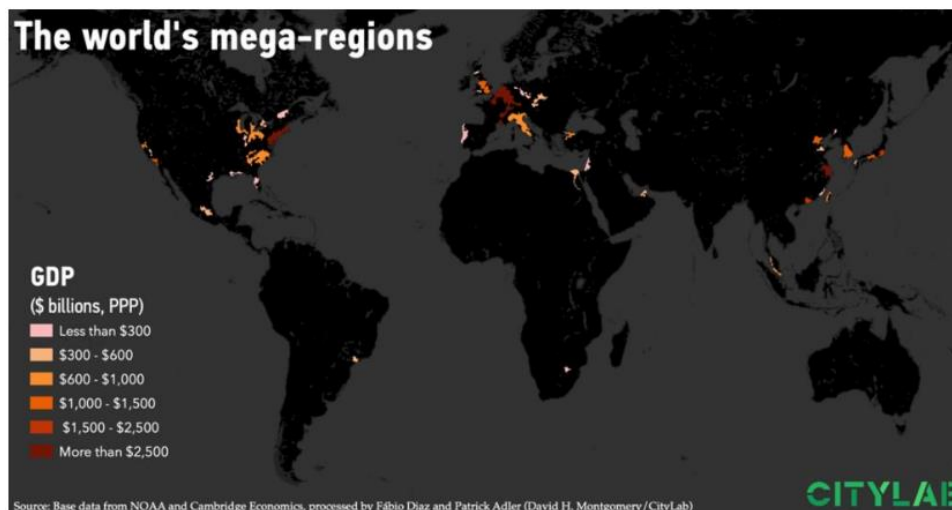
Megarregiões são espaços não somente econômicos, mas também políticos (o que não significa que a governança seja a mesma), altamente e globalmente competitivos; por isso, permeado por diferentes interesses:

A ascensão da megarregião tem sido sustentada por uma forte lógica geoeconômica. A retórica em torno das megarregiões é inegavelmente de um dinamismo econômico apoiado por modelos neoliberais pró-crescimento de como o desenvolvimento econômico e a competitividade devem ser alcançados em nossa economia global em rápida mudança. Desta forma, não é surpreendente que poderosos grupos de interesses - governos federal e estadual, empresas e líderes da indústria, grupos de investimento privado, proprietário imobiliário - foram preparados para formar alianças para extrair valor de planejamento na escala das megarregiões. Há um forte argumento de que *atores poderosos se mobilizam em apoio ao conceito de megarregião apenas onde eles veem o potencial de planejamento nesta escala para defender e permitir seus interesses essenciais sejam realizados* (HARRISON e HOYLER, 2011, p. 20, tradução nossa; grifos nossos).

O apoio ao conceito mencionado toca em outro debate sensível à geografia, qual seja, a construção social da escala. Em termos gerais, rejeita a ideia de escala como ontologicamente dada, defendendo que essa é uma construção social. Esse é um somente um exemplo de como o espaço é mobilizado para a reprodução do capital. Internamente a integração entre sistemas urbanos permite que a escala dos investimentos seja ampliada, sobretudo, os investimentos em infraestruturas. Externamente é a possibilidade de se fortalecerem mutuamente no enfrentamento da competitividade global, implementando por toda sorte as políticas de neoliberalização do capital, com consequências variadas e por demasiado conhecidas.

Uma das megarregiões mais citadas nos trabalhos acadêmicos é a Boston-Nova York-Washington, também denominada *Bos-Wash*, a maior megarregião do mundo (população aproximada de 50 milhões de pessoas). Através de dados de satélite, o professor Richard Florida e outros (2019) identificaram outras 28 megarregiões (figura 1), definidas por ele como “áreas de luz contínua que contêm pelo menos duas áreas metropolitanas existentes, têm populações de cinco milhões ou mais e geram uma produção econômica de mais de US \$ 300 bilhões”.

Figura 2 - Megarregiões Mundiais



Fonte: Bloomberg CityLab (2019).

Desse total, como apresentado no mapa, 11 estão localizadas na Ásia, 10 estão na América do Norte, uma na África, uma na América Latina e uma entre Ásia e África. Depois da *Bos-Wash*, a segunda maior está localizada na Europa, a *Par-Am-Mun* — Paris, Amsterdã, Bruxelas e Munique); a terceira fica na América do Norte — Minneapolis, Chicago, Indianapolis, Detroit, Cleveland e Pittsburgh, denominada *Chi-Pitts*; e a quarta, *A Grande Tóquio*, na Ásia. Percebe-se, com isso, que a localização geográfica das megarregiões reflete muito onde estão as grandes potências mundiais.

A despeito de cada forma apresentar suas especificidades, quando analisado seus processos gerativos, a origem é a mesma: a globalização neoliberal e as reestruturações espaciais consequentes. A partir das leituras realizadas para a elaboração desse ensaio e anteriores, fica bastante claro que a nova geografia urbana é produto e condição das necessidades do capital, essas que pelo menos desde a década de 1970, apresenta novos contornos, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias de informação e dominância das finanças.

Ressaltamos que a fase monopolista do pós-Segunda Guerra Mundial foi sucedida por outra de intensa competição internacional. Enquanto as empresas norte americanas apresentavam declínio de produtividade, nas empresas europeias e japonesas, a produtividade era crescente. Como estratégia para contornar esse ambiente de acirrada competição, as grandes

corporações internacionalizaram suas atividades produtivas para países emergentes, marcando, com isso uma nova divisão internacional do trabalho.

A fragmentação da produção para redes transnacionais foi possível, entre outros fatores, pela revolução tecnológica ocorrida. Essa foi importante tanto para a indústria, para a flexibilização da produção, como para os serviços e comércio e agricultura.

Cada autor mencionado acentuou uma característica relacionando forma urbana pós-metropolitana e globalização: sobre a pós-metropolização, Soja (2013, p. 158) destacou que “[d]e fato, o próprio processo de globalização tem sido portador da urbanização regional, estendendo a influência do capitalismo urbano industrial a praticamente todos os lugares”; sobre metápoles, Toro (2016, p. 83) apontou que as cidades são “lugares ideais para apoiar processos de globalização, devido a que oferecem as melhores condições sociotecnológicas da competitividade regional e nacional”; e sobre as cidades-regiões globais, destacaram Scott *et. al.* (2001, p. 13) que a “procura por maior proximidade de todos os tipos de agentes econômicos representa, atualmente, uma resposta estratégica significativa ao acirramento da competição econômica que - em muitos segmentos da economia- intensificou a incerteza e premiou a aprendizagem e inovação”.

### **III DISPERSÃO DA METRÓPOLE CARIOCA E A CONSTITUIÇÃO DAS POLICENTRALIDADES**

O cuidado com a transposição de certos termos, conceitos e categorias com a finalidade de sintetizar determinados processos empíricos deve ser prática constante de um pesquisador. Relacionado com o que vimos até aqui, enquanto geógrafos nos preocupamos com a interpretação dos diferentes contextos geográficos. O cuidado redobra em áreas do conhecimento científico que tem como referencial de pensamento escolas localizadas em realidades outras àquela que se pretende analisar.

Como visto, a maioria da literatura aqui utilizada é de língua inglesa (com exceção Ascher, Toro e Lencioni). Perguntamos: o que Sassen, Soja, Scott, Brenner, etc. escrevem traduzem as formas, estruturas, funções e processos de realidades não centrais? A resposta, é

evidente, somente poderá encontrada através da investigação do fenômeno empírico. É o que procuramos ilustrar com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.<sup>11</sup>

Conhecida nacional e internacionalmente como o “cartão postal” brasileiro devido às suas belezas naturais e construídas, o estado é permeado por contradições, Citaremos três delas: possui paisagens que refletem o poder e o dinheiro e aquelas sùmulas (não apenas, mas destacadamente) da pobreza; outrora berço da industrialização, agora fracamente industrializado; da capital do império a talvez o Estado mais corrupto do país. Essas características, não exclui, no entanto, o fato de esse ser o segundo estado mais importante em termos econômicos. Possui a segunda maior economia entre as federações — levando-se em conta o Produto Interno Bruto (PIB; IBGE, 2019); localiza importantes instituições (educacionais, de pesquisa e desenvolvimento, saúde, consulados etc.), monumentos históricos; possui um dos maiores portos e aeroportos, dentre outras características.

Ao que nos importa mais especificamente nesse espaço, dada a importância socioeconômica e cultural do Rio de Janeiro, quais formas urbanas trabalhadas acima tem se desenvolvido no estado? Segundo as formas, estruturas e funções ali presentes, a capital do estado tem características de uma cidade global? As relações entre a metrópole, núcleo principal da rede, com a sua região, metropolitana ou não, conforma uma cidade-região? A região metropolitana, compreendida como sistema urbano único, está ligada a outro sistema urbano único coerentemente funcional, e, portanto, conformando uma megarregião? É possível falarmos de pós-metropolização ou urbanização regional (nos termos de Soja), ou ainda de metropolização regional, nos termos de Lencioni?

Quando tratamos de cidade global, destacamos que a principal característica dessas é o seu papel de comando e motor da economia global. Com base na obra de Sassen aqui referenciada, Davidovith (2010, p. 13) destacou que a cidade do Rio de Janeiro não possui atributos característicos de uma, no sentido de comandar a economia mundialmente, ser uma referência financeira mundial e ter o primado da velocidade de informação. Além de não possuir um teleporto,

---

<sup>11</sup> Conforme delimitação proposta pelo IPA, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é constituída por 19 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

[a] cresce que também não se observa, no Rio de Janeiro, um desenvolvimento econômico balizado na expansão de serviços avançados, particularmente a serviço da produção, como reza o paradigma atual. Ao contrário, a cidade tem perdido serviços e funções; a mudança da capital envolveu, por exemplo, a transferência de serviços especiais, vinculados à função de centro de decisões nacionais e de negociações de interesse internacional, sem as devidas compensações. No tocante à globalização financeira, o Rio de Janeiro tem sofrido um processo declinante, nesse setor. Em 1939, reuniam-se, na cidade, 33% das matrizes das instituições financeiras atuantes no país, e, três décadas, mais tarde, somente 18%, enquanto 34% têm sede em São Paulo. Um ato decisivo foi a perda da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro; não resultou, apenas, da operação golpista de um especulador ou da força de atração da praça de São Paulo, mas, principalmente, do reduzido volume de negócios na ex-capital da República. É difícil, além disso, atribuir o “status” de Cidade Global a uma cidade, cuja receita acusa ainda tal dependência dos cofres públicos, sem contar os problemas de pobreza e de violência ou as deficiências do equipamento urbano (DAVIDOVITH, 2011, p. 12)

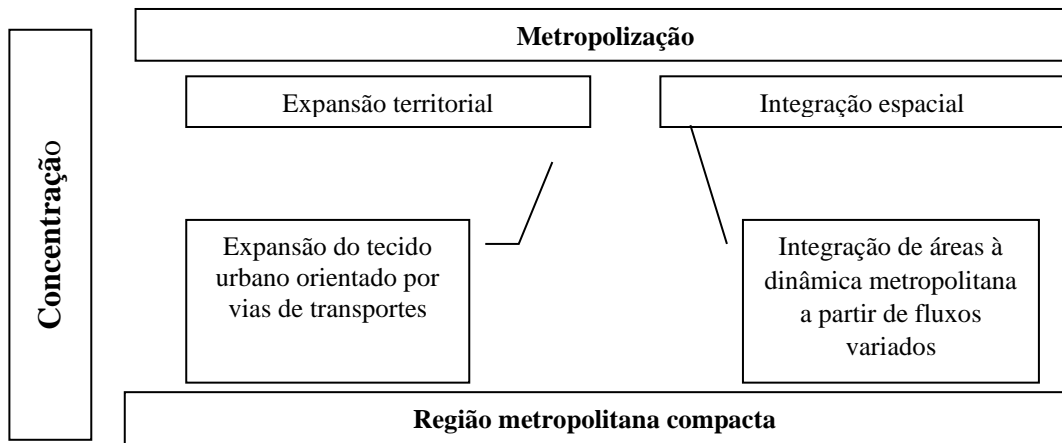
Como visto no mapa das megarregiões mundiais (figura 1), Florida e outros (2019) identificaram uma única megarregião na América Latina, e essa megarregião é justamente a Rio de Janeiro - São Paulo. Segundo Lencioni (2015, p. 10), a megarregião Rio de Janeiro - São Paulo representa “urbanização regional de maior expressão no Brasil e no hemisfério sul”. A presença de um macroeixo econômico (com gestões diferentes, todavia) ligando os dois estados (fisicamente com a rodovia Presidente Dutra, e com conexões aéreas e via redes de informação e comunicação) e a coerência funcional existente com a “intensa integração produtiva, forte interação com a economia global e grande densidade dos movimentos pendulares” (Ibid., p. 11) são características dessa nova forma urbana. As serras presentes entre essas regiões, como a Mantiqueira e a do Mar, não se configuraram obstáculos para a “construção de uma unidade territorial tecida historicamente” (Ibid., p. 12).<sup>12</sup>

Mas é a recente pesquisa realizada Silva (2016) que nos auxiliou efetivamente na compreensão das transformações no curso da urbanização atual da metrópole carioca com a sua região metropolitana. O quadro a seguir (figura 2), embora incorra no risco de reduzir o pensamento do autor, é uma forma didática de visualizar o primeiro momento da urbanização nesse recorte, o da metropolização regional.

---

<sup>12</sup> A megarregião compreende os municípios fluminenses da região metropolitana e entorno, a região Serrana, a região dos Lagos, além de outros municípios inclusive fora do estado, como é o caso de Juiz de Fora. Do lado paulista compreende 167 municípios, em cinco regiões metropolitanas (São Paulo, Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Santos), e duas aglomerações urbanas (Jundiaí e a de Piracicaba, e microrregião Bragantina) (LENCIONI, 2015).

**Figura 3 - Metropolização do Rio de Janeiro**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva (2016)

Ações políticas e econômicas historicamente tomadas produziram um padrão de urbanização que teve como marca a concentração de pessoas, do poder e investimentos na cidade do Rio de Janeiro. A função política desempenhada até 1960 e o processo de industrialização fez com que o tecido urbano se expandisse em direção à zona Oeste e na direção Leste da cidade do Rio de Janeiro:

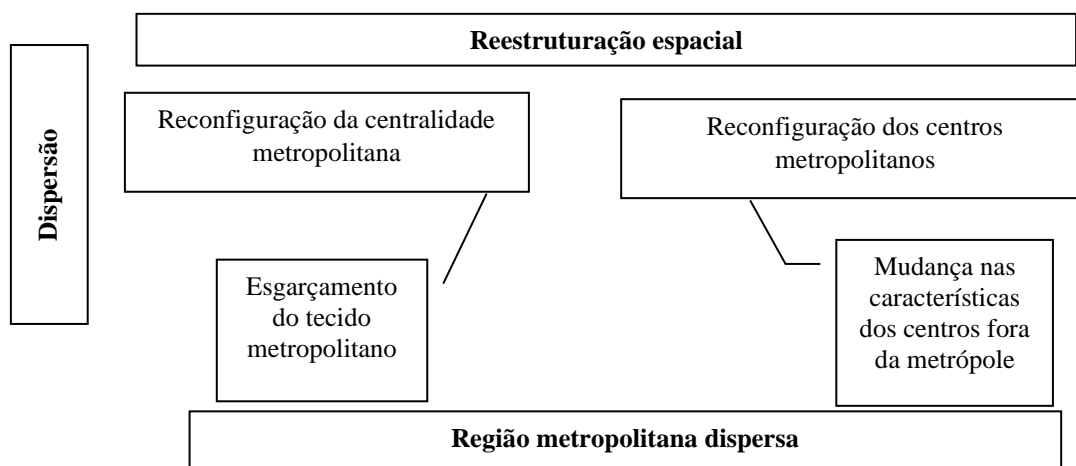
A região metropolitana do Rio de Janeiro tem sua formação associada diretamente à dinâmica econômica da cidade do Rio de Janeiro, principalmente pelo fato desta cidade ter sido a sede do poder central no Brasil, desde o período colonial até 1960, e também devido ao processo de industrialização que se desenvolve nessa cidade e depois se expande em direção a outros municípios que irão integrar a região metropolitana. Como sede do poder central a cidade do Rio de Janeiro recebeu uma grande quantidade de investimentos públicos que foram fundamentais para a consolidação da metrópole. Por outro lado a industrialização levou a uma grande concentração de atividades econômicas e de população na área que viria a se conformar na região metropolitana (SILVA, 2016, p. 23).

A crise econômica de 1980 e os seus efeitos na industrialização repercutiu também na metrópole, porque industrial à época, ocasionando uma grande perda de emprego industrial. Tal cenário apresentou melhoria somente após 1995, quando uma série de investimentos em alguns grandes projetos foi realizada. O arco metropolitano, um desses projetos, se configurou com um novo eixo de expansão. Esses investimentos, que incluem ainda o Complexo Petroquímico

do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o projeto de renovação da área portuária, foram de fundamental importância para a recuperação da crise metropolitana.

A hipótese inicial de Silva (2016) era que a recuperação econômica do período esteve diretamente associada com o processo de reestruturação espacial, representativa de um segundo momento da urbanização. Assim, sua pesquisa buscou verificar a relação entre recuperação econômica - dispersão do tecido metropolitano - reconfiguração da centralidade metropolitana tendo como ponto de partida os investimentos nos grandes projetos citados.

**Figura 4 - Reestruturação espacial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Silva (2016).

Utilizando como metodologia a observação de imagens de satélite com intervalos de uma década cada (1900-2000-2011), a análise de dados sobre a distribuição das atividades econômicas, as observações das formas, estruturas e funções, o autor constatou que a região metropolitana, de fato, passou por um processo de *reestruturação espacial* em sentido estrito, como apresenta a figura 3.

Sua pesquisa demonstrou que entre os anos de 1990 e 2000 houve as áreas urbanizadas não contínuas aumentaram, fato que poder estar associado à intensificação do processo de dispersão metropolitana. Em suas palavras, “a dispersão metropolitana estava rompendo o



padrão histórico de desenvolvimento em eixos que marcou a produção da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como uma região compacta” (p. 176).

Quando analisado o período 2000-2011, além da continuidade do processo acima, observou a consolidação e ampliação de áreas descontínuas. Ao final, chegou a outra importante conclusão, a de que os centros fora da metrópole (entendendo por centro os municípios constituintes da região metropolitana) passaram a desempenhar outros papéis, passando a concentrar comércio e atividades terciárias inexistentes pela produção de novas formas acompanhadas de novas funções. Esse fato é que deu o tom da reconfiguração da centralidade e do desenvolvimento de uma estrutura policêntrica.

Assim é que a transformação da produção do espaço na região em estudo, de uma metropolização compacta à uma metropolização dispersa, porém articulada regionalmente, evidencia a constituição de uma cidade-região, embora, resta acrescentar, não global.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma passagem no livro *A dinâmica do capitalismo*, do historiador Fernand Braudel (1987, p. 41) que diz que “[o] capitalismo é, por essência, conjetural” e que “[a]inda hoje uma de suas grandes forças e a sua facilidade de adaptação e de reconversão.” Embora publicado pela primeira vez em 1977, é uma colocação muito atual.

A reconversão havida nesse período histórico mais recente diz respeito à forma como o Estado neoliberal e os agentes capitalistas, sobretudo, os agentes capitalistas financeiros e donos de grandes corporações transnacionais (ou essas duas figuras em uma), fizeram das cidades e as suas regiões lugares estratégicos para a acumulação e reprodução do capital. Por isso consideramos que a chave para o entendimento dos processos desencadeadores das novas formas urbanas está ligada à necessidade do capitalismo de se *ajustar* a novas escalas.

Ao estudarmos o Rio de Janeiro, foi possível verificar que a reestruturação espacial tem seguido o curso descrito pela literatura, demonstrando a força da ruptura em diferentes contextos geográficos.

Por fim, destacamos uma frase que nos chamou a atenção de Harrison e Hoyler (2011, p. 11): Geography and context matter (Geografia e contexto importam). As cidades, assim como as regiões, importam.

## REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. **Le capitalisme de demain**. [s.l.: s.n.], 1998.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ASCHER, F. **Metópolis. Ou avenir des villes**. Paris, E. O. Jacob. (1995).
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRENNER, N. **Espaços da urbanização**. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2018.
- CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.
- DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano. Hipóteses e questões. **Geo UERJ** - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2010.
- FERREIRA, J. S. K. **São Paulo**. O mito da cidade-global. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FLORIDA, R. **The real powerhouses that dirve the world's economy**. Disponível em: <<https://www.citylab.com/life/2019/02/global-megaregions-economic-powerhouse-megalopolis/583729/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.
- GOTTMANN, J. **Megalopolis**. The urban northeastern seaboard of the United States New York, The Twentieth century Fund., 1961.
- HARRISON, J.; HOYLER, M. Introduction. In: HARRISON, J; HOYLER, M. **Megaregions**. Globalization's New Urban Form? Cheltenham (UK), Edward Elgar Pub, 2011.
- HARVEY, D. (1989) **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20PIB&text=Todos%20os%20pa%C3%ADses%20calculam%20o,das%20Unidades%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20brasileiras>>. Acesso em 09 de janeiro de 2021.

LEFEBVRE, H. (1970) **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista E-Metropolis**, v. Ano 6, p. 6-15, 2015.

\_\_\_\_\_. Para além da urbanização metropolitana: metropolização e regionalização pós-metropolitana. In: FERREIRA, A.; RUA, J. e MATTOS, R. C. **O espaço e a metropolização. Cotidiano e ação**. Rio de Janeiro, Consequência. p.145-168, 2017.

MÉNDEZ, R. **La telaraña financeira** – uma geografía de la financiarización y su crisis. Santiago: RIL Editores/Insituto de Estudios Urbanos e Territoriales UC, 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU ECONÓMICO (OCDE). **Glossary of statistical terms**. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=2440>>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

SASSEN, S. **The Global City: New York, London, Tokyo**. New York, Princeton University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas em uma economia global: ampliando las opciones de políticas y governanza. **EURE - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**. v. XXIII, n. 100. pp. 9-34. Disponível em: <<https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1366/459>> Acesso em: 15 nov.2007>. Acesso em 12 de janeiro de 2021>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M. Cidades-regiões globais. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.41, pp.11-25, 2001.

SILVA, O. S. T. da. **O ponto de ruptura: reestruturação espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016.

SOJA E. (1989) **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. São Paulo: Jorge Zahar Editor; 1993.

\_\_\_\_\_. Para além de postmetropolis. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013, p. 137-167. Disponível em: [https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para\\_alem\\_da\\_postmetropolis\\_edward\\_soja.pdf](https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf). Acesso em 02 de janeiro de 2021.

TORO, P. M. M. La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana. **Revista Colombiana de Geografía**, v.25, nº2, dez. 2016, p. 77-105. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v25n2/v25n2a5.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.